

## EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EAN) COMO DIMENSÃO PEDAGÓGICA: DESAFIOS, CONCEITOS E APLICAÇÕES NA ESCOLA PÚBLICA

FOOD AND NUTRITION EDUCATION (FNE) AS A PEDAGOGICAL DIMENSION: CHALLENGES, CONCEPTS, AND APPLICATIONS IN PUBLIC SCHOOLS

LA EDUCACIÓN ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL (EAN) COMO DIMENSIÓN PEDAGÓGICA: DESAFÍOS, CONCEPTOS Y APLICACIONES EN LA ESCUELA PÚBLICA

Celso Vitor Naves<sup>1</sup>  
Nadilson Ribeiro de Siqueira<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Educação Alimentar e Nutricional (EAN), reconhecida pelas políticas públicas brasileiras como prática contínua, formativa e integrada ao currículo escolar, constitui dimensão pedagógica fundamental para a promoção da saúde e da formação integral dos estudantes. Este artigo analisa como a EAN é percebida, desenvolvida e potencializada no cotidiano da Escola Municipal Vaneide de Oliveira, em Rio Crespo (RO), envolvendo alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I. Ancorada na Análise de Conteúdo de Bardin (1977), a pesquisa adotou abordagem qualitativa, complementada por elementos quantitativos, e utilizou questionários, observações diretas e análise documental do Projeto Político-Pedagógico e registros institucionais. Os resultados revelaram que, embora haja conhecimentos básicos sobre alimentação saudável entre os estudantes, persistem contradições entre o saber e o fazer alimentar, além de práticas pedagógicas ainda fragmentadas e pouco alinhadas ao Marco de Referência de EAN e às diretrizes curriculares. Constatou-se, também, a necessidade de fortalecer a formação docente, ampliar a participação da comunidade escolar e incorporar a EAN ao currículo de forma transversal, contínua e contextualizada, conforme apontam estudos recentes na área. Conclui-se que a consolidação da EAN como dimensão pedagógica demanda articulação entre políticas públicas, gestão escolar e práticas interdisciplinares, de modo a favorecer escolhas alimentares críticas, sustentáveis e culturalmente significativas.

**Palavras-chave:** Educação Alimentar e Nutricional. Currículo escolar. Práticas pedagógicas. Alimentação infantil. Formação docente.

<sup>1</sup>Mestrando em ciências da educação pela São Luís University, graduado em pedagogia com habilitação em orientação escolar pelas faculdades integradas de Ariquenes -RO.

<sup>2</sup>Doutor em educação contemporânea pela UNEB/Mestre em gestão e tecnologias aplicadas à educação pela UNEB.

**ABSTRACT:** Food and Nutrition Education (FNE) is recognized in Brazilian public policies as a continuous, formative and curriculum-integrated pedagogical dimension essential for promoting health and supporting the holistic development of students. This article analyzes how FNE is perceived, implemented, and strengthened in the daily practices of Vaneide de Oliveira Municipal School, located in Rio Crespo, Rondônia, focusing on 4th and 5th grade students of Elementary School. Grounded in Bardin's (1977) Content Analysis, the research employed a qualitative approach complemented by quantitative elements, using questionnaires, direct observations, and documentary analysis of the school's Political-Pedagogical Project and institutional records. The findings indicate that, although students demonstrate basic knowledge about healthy eating, contradictions persist between nutritional knowledge and everyday food choices. Pedagogical practices related to FNE remain fragmented and insufficiently aligned with the Brazilian Framework for FNE and current curricular guidelines. The study also highlights the need to strengthen teacher training, expand community participation, and integrate FNE into the curriculum in a transversal, continuous, and context-based manner, as supported by recent literature in the field. It is concluded that consolidating FNE as a pedagogical dimension requires articulation between public policies, school management, and interdisciplinary practices in order to promote critical, sustainable, and culturally meaningful food choices.

**Keywords:** Food and Nutrition Education. School curriculum. Pedagogical practices. Child nutrition. Teacher training.

**RESUMEN:** La Educación Alimentaria y Nutricional (EAN), reconocida por las políticas públicas brasileñas como una práctica continua, formativa e integrada al currículo escolar, constituye una dimensión pedagógica fundamental para la promoción de la salud y la formación integral de los estudiantes. Este artículo analiza cómo la EAN es percibida, desarrollada y fortalecida en la cotidianidad de la Escuela Municipal Vaneide de Oliveira, en Rio Crespo (RO), involucrando a estudiantes de 4.º y 5.º grado de la Educación Primaria I. Anclada en el Análisis de Contenido de Bardin (1977), la investigación adoptó un enfoque cualitativo, complementado por elementos cuantitativos, y utilizó cuestionarios, observaciones directas y análisis documental del Proyecto Político-Pedagógico y de los registros institucionales. Los resultados revelaron que, aunque existen conocimientos básicos sobre alimentación saludable entre los estudiantes, persisten contradicciones entre el saber y el hacer alimentario, además de prácticas pedagógicas aún fragmentadas y poco alineadas con el Marco de Referencia de la EAN y con las directrices curriculares. Asimismo, se constató la necesidad de fortalecer la formación docente, ampliar la participación de la comunidad escolar e incorporar la EAN al currículo de manera transversal, continua y contextualizada, tal como lo señalan estudios recientes en el área. Se concluye que la consolidación de la EAN como dimensión pedagógica requiere la articulación entre políticas públicas, gestión escolar y prácticas interdisciplinarias, con el fin de favorecer elecciones alimentarias críticas, sostenibles y culturalmente significativas.

**Palabras clave:** Educación Alimentaria y Nutricional. Currículo escolar. Prácticas pedagógicas. alimentación infantil. Formación docente.

## I INTRODUÇÃO

A alimentação acompanha todas as etapas da vida humana e, embora costume ser associada a necessidades biológicas, ela se estrutura também como prática cultural, social e educativa. Na infância, esse caráter formativo ganha força, pois é nesse período que se consolidam hábitos, valores e modos de compreender os alimentos e o ato de comer. A escola, nesse cenário, torna-se um espaço privilegiado: é ali que crianças aprendem a conviver, a compartilhar refeições, a experimentar novos alimentos e a refletir sobre o que consomem. A alimentação escolar, portanto, não pode ser reduzida à função de suprimento nutricional. Como defendem Santos, Pinto e Cenci (2021), a alimentação constitui uma “dimensão curricular e relacional” que integra valores, experiências e vivências da vida cotidiana.

O debate contemporâneo sobre Educação Alimentar e Nutricional (EAN) reforça essa compreensão ampliada. O Marco de Referência de EAN e o próprio Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tratam a EAN como dimensão pedagógica, destacando que ela deve integrar o currículo, o projeto político-pedagógico e a prática docente. Isso significa que ensinar sobre alimentação não é tarefa periférica, mas parte do compromisso da escola com a formação integral, ética e crítica de seus estudantes. A perspectiva curricular apresentada por Costa (2025) é clara ao afirmar que a EAN deve ocorrer “de forma contínua, articulada à realidade do território e às experiências socioculturais dos estudantes”.

Apesar desses avanços conceituais e normativos, estudos recentes evidenciam que a presença da EAN nas escolas brasileiras ainda é fragmentada. Florentino (2023), ao analisar ações de EAN em redes públicas, observou que a maioria das práticas ocorre em formato pontual e desvinculado do planejamento pedagógico, o que reduz seu alcance formativo. Situação semelhante é encontrada em pesquisas que discutem a distância entre o discurso sobre alimentação saudável e o cotidiano das crianças, marcado pelo consumo crescente de produtos ultraprocessados, influências midiáticas e rotinas familiares desregulares. Tal contradição também aparece na obra de Triches (presente nos seus arquivos), que enfatiza que o ato de comer carrega significados identitários e emocionais que precisam ser compreendidos pelas práticas pedagógicas.

No contexto de municípios pequenos e rurais, como Rio Crespo, em Rondônia, esse cenário adquire nuances específicas. As relações com o alimento se conectam ao território, às práticas agrícolas familiares e às tradições regionais. Ao mesmo tempo, a presença de

ultraprocessados avança sobre comunidades que antes tinham alimentação predominantemente in natura. Assim, compreender como estudantes e professores vivenciam e significam a alimentação torna-se essencial para fortalecer estratégias de EAN que dialoguem com a cultura local, com a sustentabilidade e com as condições socioeconômicas do território.

A partir desse panorama, este artigo investiga como a Educação Alimentar e Nutricional se manifesta na Escola Municipal Vaneide de Oliveira, com foco nos estudantes do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I. O estudo analisa percepções, hábitos, compreensões e práticas relacionadas à alimentação, articulando tais elementos com documentos institucionais, práticas docentes e diretrizes públicas. A pesquisa parte do pressuposto, sustentado pelos autores analisados, de que a EAN precisa ultrapassar ações isoladas e assumir papel curricular, contínuo e interdisciplinar.

Ao integrar referenciais teóricos, evidências empíricas e orientações normativas, este trabalho busca compreender em que medida a escola tem conseguido, ou não, consolidar a EAN como prática pedagógica e quais caminhos podem fortalecer sua presença no cotidiano educativo. Mais que identificar problemas, o artigo pretende colaborar para o debate sobre a formação integral e para a construção de estratégias viáveis e contextualizadas, capazes de favorecer escolhas alimentares saudáveis, sustentáveis e culturalmente significativas entre crianças do Ensino Fundamental I.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo interdisciplinar que articula conhecimentos da saúde, da educação, da cultura e da sociologia, buscando promover práticas alimentares saudáveis, sustentáveis e socialmente justas. No Brasil, seu reconhecimento como política pública estruturante é relativamente recente, intensificado a partir da década de 2000, com a promulgação de diretrizes como o Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas (BRASIL, 2012), a Lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar (BRASIL, 2009) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

Conforme o Marco de Referência de EAN, essa abordagem deve ser contínua, permanente e intersetorial, integrando aspectos biológicos, culturais, sociais, econômicos e ambientais da alimentação. Ao romper com o reducionismo nutricional, a EAN propõe um

olhar crítico e educativo sobre os sistemas alimentares, os padrões de consumo e os processos de formação de hábitos alimentares (BRASIL, 2012).

O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (BRASIL, 2012) aprofunda a compreensão da EAN como uma prática educativa que ultrapassa a transmissão de informações nutricionais e se estrutura a partir do diálogo entre saberes científicos e populares. O documento destaca que a alimentação deve ser compreendida como um fenômeno complexo, atravessado por dimensões históricas, culturais, sociais, ambientais e econômicas, o que exige ações educativas contextualizadas e participativas.

Nesse sentido, a EAN é concebida como um processo político-pedagógico comprometido com a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), reforçando a responsabilidade do Estado e das instituições educativas na garantia desse direito. Para o contexto escolar, o Marco propõe que as ações de EAN sejam integradas ao currículo, desenvolvidas de forma contínua e articuladas às realidades locais, evitando intervenções pontuais e descoladas do cotidiano dos estudantes. Essa perspectiva dialoga diretamente com a necessidade de fortalecer a escola pública como espaço estratégico de formação crítica, especialmente em territórios marcados por desigualdades sociais e insegurança alimentar (BRASIL, 2012).

Casemiro et al. (2015) contribuem significativamente ao analisar a Educação Alimentar e Nutricional como um processo de participação popular, evidenciando seus impasses e desafios no campo das políticas públicas. As autoras defendem que a EAN só se efetiva de maneira transformadora quando incorpora metodologias participativas, capazes de reconhecer os sujeitos como protagonistas de seus próprios processos educativos. No ambiente escolar, isso implica romper com práticas verticalizadas e prescritivas, que tendem a responsabilizar individualmente os estudantes por suas escolhas alimentares, desconsiderando os condicionantes estruturais que limitam essas escolhas.

A partir dessa abordagem, a EAN deve estimular a reflexão crítica sobre os sistemas alimentares, a publicidade de alimentos, o acesso desigual a produtos saudáveis e as relações de poder que permeiam a produção e o consumo de alimentos. Em municípios pequenos e periféricos, como Rio Crespo, essa perspectiva participativa se mostra ainda mais necessária, pois possibilita o fortalecimento dos vínculos comunitários e a valorização dos saberes alimentares locais como estratégias de resistência e autonomia (CASEMIRO et al., 2015).

Para Canesqui (2005), um dos principais referenciais da antropologia da alimentação no Brasil, a prática alimentar não pode ser compreendida apenas pela via da nutrição biológica. Comer é um ato cultural, que envolve relações de pertencimento, significados simbólicos, hierarquias sociais e memórias coletivas. A escola, ao assumir a EAN como dimensão pedagógica, deve reconhecer esse caráter multifacetado da alimentação e promover espaços de escuta, diálogo e construção coletiva de saberes.

Essa compreensão amplia a função da escola como promotora de saúde e cidadania, reforçando seu papel na formação de sujeitos críticos e autônomos. Para Freire (1996), a educação é uma prática de liberdade quando propõe a leitura crítica do mundo. Aplicada à EAN, essa perspectiva convida educadores a problematizar com os estudantes as relações de poder, desigualdade e exclusão que permeiam os sistemas alimentares contemporâneos — especialmente em territórios de vulnerabilidade social.

É nesse ponto que se insere a lacuna central desta pesquisa: a ausência de práticas pedagógicas estruturadas de EAN nos anos finais do ciclo I do Ensino Fundamental, especialmente em municípios periféricos e de pequeno porte como Rio Crespo (RO). Com cerca de 3.471 habitantes (IBGE, 2022), o município apresenta uma economia fortemente ancorada no agronegócio, baixa densidade populacional (2,02 hab/km<sup>2</sup>) e histórico de exclusão em políticas públicas mais amplas. Essas condições impactam diretamente a estrutura e as prioridades da rede de ensino, o que tende a invisibilizar temas transversais como a alimentação.

Estudos recentes, como os de Triches (2009) e Monteiro et al. (2019), apontam que a infância brasileira vive uma dualidade preocupante: por um lado, o aumento do consumo de ultraprocessados, fruto de publicidade agressiva e ausência de regulação crítica; por outro, a insegurança alimentar estrutural, que afeta milhões de famílias em situação de pobreza ou vulnerabilidade. Esse cenário é ainda mais grave na região Norte do país, onde a combinação entre baixos indicadores sociais e alta dependência da merenda escolar como única refeição do dia reforça a centralidade da escola como espaço de educação alimentar.

Otoni, Domene e Bandoni (2019) identificam que, embora a EAN esteja prevista em normativas nacionais, sua aplicação nas escolas é geralmente fragmentada, episódica e desarticulada do currículo. A ausência de formação docente, materiais didáticos adequados e apoio institucional agrava essa desconexão. No caso específico de Rio Crespo, a realidade investigada nesta pesquisa revela que a escola pública local ainda não integra a EAN aos seus

planejamentos de forma sistemática, e os profissionais carecem de suporte técnico e pedagógico para isso.

A obra de Jacob (2025) reforça que a alimentação escolar precisa ser pensada como estratégia de equidade e justiça social, e não apenas como um complemento nutricional. Em contextos como o de Rio Crespo, onde o acesso a alimentos in natura é limitado e o consumo de industrializados cresce entre as crianças, a ação pedagógica sobre a alimentação adquire urgência e profundidade ética. É nesse sentido que se defende uma EAN crítica, situada e territorialidade, capaz de dialogar com a cultura local, fortalecer a autonomia dos sujeitos e promover escolhas alimentares mais conscientes.

Estudos empíricos recentes, como o de Florintino et al. (2023), revelam que a implementação de ações de EAN em escolas públicas ainda enfrenta obstáculos significativos, mesmo em contextos urbanos mais estruturados. Ao analisarem escolas municipais de uma capital da região Sul do Brasil, as autoras identificaram que, embora existam iniciativas de EAN, estas são frequentemente fragmentadas, dependentes de projetos isolados e pouco integradas ao planejamento pedagógico.

A pesquisa aponta que a ausência de formação continuada para professores, a sobrecarga de demandas curriculares e a fragilidade da articulação intersetorial comprometem a sustentabilidade das ações. Esses achados reforçam que, em realidades ainda mais vulneráveis, como as de pequenos municípios do Norte do país, os desafios tendem a ser intensificados. Assim, a experiência analisada por Florintino et al. (2023) corrobora a necessidade de políticas estruturantes que garantam condições materiais, pedagógicas e institucionais para a efetivação da EAN no cotidiano escolar.

A revisão de literatura realizada por Ramos, Santos e Reis (2013) evidencia que a EAN no contexto escolar brasileiro tem avançado de forma desigual e, muitas vezes, limitada a abordagens informativas e biologicistas. As autoras destacam que grande parte das intervenções analisadas prioriza conteúdos relacionados a nutrientes, pirâmides alimentares e recomendações dietéticas, em detrimento de discussões mais amplas sobre cultura alimentar, determinantes sociais da saúde e soberania alimentar. Essa constatação reforça a crítica ao reducionismo nutricional e aponta para a necessidade de práticas educativas que considerem os estudantes como sujeitos históricos e sociais. No âmbito dos anos finais do ciclo I do Ensino Fundamental, essa lacuna é particularmente preocupante, pois se trata de uma fase crucial para



a consolidação de hábitos, valores e percepções sobre alimentação. A superação desse modelo restrito exige que a EAN seja incorporada como eixo transversal do currículo, dialogando com diferentes áreas do conhecimento e promovendo aprendizagens significativas.

Complementando essa discussão, Zancul (2017) defende que a Educação Alimentar na escola deve ir para além da abordagem biológica, incorporando dimensões éticas, culturais e políticas da alimentação. A autora argumenta que a centralidade excessiva do discurso nutricional contribui para a medicalização da alimentação e para a culpabilização dos indivíduos, especialmente crianças e famílias em situação de vulnerabilidade.

Ao propor uma EAN ampliada, Zancul (2017) reforça o papel da escola como espaço de problematização crítica e de construção coletiva de sentidos sobre o comer. Essa perspectiva é particularmente relevante em contextos como o de Rio Crespo, onde as escolhas alimentares são fortemente condicionadas pela disponibilidade de alimentos, pela renda familiar e pela dependência da alimentação escolar. Assim, a incorporação de uma EAN crítica e interdisciplinar no projeto político-pedagógico da escola se apresenta como estratégia fundamental para a promoção da justiça alimentar, da cidadania e da emancipação dos sujeitos.

Por fim, Galesi-Pacheco (2025) argumenta que a efetivação da EAN depende da sua curricularização, ou seja, da incorporação sistemática ao projeto político-pedagógico das escolas. Sem essa institucionalização, as ações de EAN ficam à mercê da boa vontade de docentes, da agenda de saúde ou de projetos temporários, o que compromete sua continuidade e eficácia.

Assim, a fundamentação teórica deste trabalho sustenta-se na defesa da EAN como instrumento de formação crítica e emancipadora, com ênfase em sua aplicação no cotidiano escolar de territórios socialmente vulneráveis como Rio Crespo. A superação da lacuna identificada; ausência de práticas pedagógicas planejadas e interdisciplinares sobre alimentação nos anos finais do ciclo I; exige investimento em formação docente, reorganização curricular e participação ativa da comunidade escolar. Apenas assim será possível consolidar a alimentação como um direito e a escola como espaço de justiça alimentar.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa com suporte quantitativo, de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos. A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, os sentidos



atribuídos à Educação Alimentar e Nutricional (EAN) por diferentes sujeitos escolares, considerando as possibilidades e limitações para sua implementação no cotidiano pedagógico das turmas do 4.º e 5.º ano do Ensino Fundamental I, especialmente em contextos periféricos da Amazônia Legal. A investigação valoriza as vozes dos sujeitos envolvidos, os contextos institucionais e as práticas culturais locais, em territórios marcados por desigualdades sociais e econômicas.

### **3.1 DELIMITAÇÃO DO CAMPO E DOS SUJEITOS DA PESQUISA**

O campo empírico foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Vaneide de Oliveira, situada na zona urbana de Rio Crespo (RO), município com cerca de 3.471 habitantes (IBGE, 2022), cuja economia se baseia predominantemente no agronegócio e na agricultura familiar. A seleção da escola levou em consideração sua participação em políticas públicas de alimentação, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além da acessibilidade institucional e da identificação prévia de uma lacuna na inserção sistemática da EAN em seus documentos pedagógicos.

Os sujeitos da pesquisa foram quatro docentes regentes do 4.º e 5.º ano, cerca de 40 estudantes dessas turmas, além da diretora e vice-diretora da unidade escolar. A amostragem foi intencional, seguindo a proposta de Bogdan e Biklen (1994), priorizando os atores diretamente envolvidos com o planejamento e a execução das atividades pedagógicas relacionadas à alimentação escolar.

### **3.2 ESTRATÉGIAS DE COLETA DE DADOS**

A coleta de dados foi realizada a partir da triangulação entre três instrumentos principais:

Questionários para docentes e gestoras: com perguntas abertas e fechadas, visando identificar suas concepções sobre alimentação, experiências anteriores com EAN, dificuldades enfrentadas, e a presença (ou ausência) do tema nos planejamentos pedagógicos.

Questionários para estudantes: adaptados ao nível de letramento das turmas, contendo questões objetivas sobre hábitos alimentares dentro e fora da escola, percepção sobre a merenda escolar, consumo de ultraprocessados e sugestões espontâneas sobre alimentação saudável.

Análise documental: envolvendo o Projeto Político-Pedagógico (PPP), planejamentos de aula, atas de reuniões pedagógicas e registros de projetos interdisciplinares, com o objetivo de verificar se a EAN está formalizada nos documentos oficiais da escola.

Essa triangulação metodológica, conforme Flick (2009), fortalece a validade dos dados ao confrontar diferentes fontes e perspectivas, promovendo uma análise mais completa e fundamentada da realidade escolar.

### 3.3 ANÁLISE DOS DADOS

As respostas qualitativas foram organizadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo, segundo Bardin (1977), que prevê três etapas principais: (a) pré-análise e leitura flutuante; (b) categorização temática com base nos objetivos da pesquisa; e (c) interpretação crítica dos dados, à luz do referencial teórico.

Os dados quantitativos obtidos nas questões fechadas foram apresentados de forma descritiva, em frequências e percentuais, permitindo mapear padrões alimentares e percepções majoritárias entre os sujeitos pesquisados.

### 3.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

10

O estudo seguiu rigorosamente os preceitos da Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que rege a ética em pesquisas com seres humanos na área das Ciências Humanas e Sociais. A participação dos sujeitos foi voluntária, precedida da assinatura dos termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE), no caso dos responsáveis legais dos estudantes, e do termo de assentimento para os alunos.

Todos os dados foram tratados com confidencialidade e anonimato, sendo preservada a identidade dos participantes mediante o uso de codificações.

### 3.5 LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

Entre as limitações reconhecidas destaca-se a ausência de observações in loco e entrevistas em profundidade, que poderiam ter ampliado a compreensão de aspectos subjetivos e relacionais do cotidiano escolar. Tais ausências decorreram das limitações impostas pelo calendário letivo e pela prioridade da escola na preparação para avaliações externas. Apesar

disso, a triangulação dos dados, a densidade da análise documental e a escuta qualificada dos sujeitos garantiram consistência interpretativa e confiabilidade científica ao estudo.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Vaneide de Oliveira revelou múltiplas camadas de desafios e silenciamentos em torno da implementação da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas práticas escolares. Embora o discurso institucional aponte para o compromisso com a formação integral e o bem-estar dos alunos, as evidências empíricas demonstram a marginalização da alimentação como dimensão pedagógica efetiva. As informações foram sistematizadas em três eixos interpretativos: (1) Ausência da EAN nos documentos pedagógicos; (2) Limitações estruturais e conceituais do corpo docente; e (3) Representações e práticas alimentares dos estudantes.

### 4.1 INVISIBILIDADE DA EAN NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

A leitura crítica do Projeto Político-Pedagógico (PPP), planejamentos de aula e registros de reuniões pedagógicas revelou a inexistência de diretrizes claras que orientem a integração da EAN no currículo. Embora haja menções genéricas à promoção da saúde e ao desenvolvimento integral, a alimentação não aparece como eixo transversal ou tema estruturante nas práticas educativas.

Esse apagamento institucional reforça o alerta feito por Stocco-Padilha (2023), ao evidenciar que, em diversas redes públicas de ensino, a alimentação escolar segue sendo tratada apenas como um serviço logístico, desvinculado do projeto educativo. No caso de Rio Crespo, esse distanciamento se agrava diante da contradição entre a riqueza agrícola da região e os déficits alimentares vivenciados por parte dos estudantes.

A não articulação entre o potencial agroecológico do território e a formação das crianças configura não apenas uma lacuna pedagógica, mas uma perda de oportunidade formativa, social e cultural. A EAN, quando silenciada nos documentos, é também desmobilizada na prática cotidiana.

## 4.2 CONCEPÇÕES DOCENTES E BARREIRAS PEDAGÓGICAS

Os questionários aplicados às docentes e às gestoras evidenciaram que, embora exista reconhecimento da importância da alimentação saudável, esse conhecimento é frequentemente intuitivo, desprovido de suporte teórico, metodológico ou institucional. A ausência de formação continuada em EAN foi apontada por todas as participantes como um entrave significativo para a abordagem do tema em sala de aula.

O tratamento do tema ainda se restringe a datas comemorativas ou a atividades pontuais, quase sempre desconectadas do planejamento curricular. Como analisado por Galesi-Pacheco (2025), tal prática alimenta a percepção de que a EAN é uma responsabilidade periférica, geralmente delegada a nutricionistas ou profissionais de saúde, e não um conteúdo educativo a ser mobilizado criticamente pela escola.

Além disso, percebe-se uma insegurança docente quanto à abordagem de questões como ultraprocessados, publicidade infantil e hábitos alimentares familiares, por receio de ultrapassar os limites de atuação pedagógica. Esse receio revela, também, uma lacuna na formação crítica sobre o papel político da escola na formação de hábitos, valores e práticas alimentares, como discutem Ottoni, Domene e Bandoni (2019).

Em Rio Crespo, esse quadro se complexifica diante da vulnerabilidade de parte dos estudantes, para quem a merenda escolar constitui a principal ou única refeição diária. A desarticulação entre discurso e prática alimenta uma pedagogia do imprevisto, com pouca intencionalidade formativa.

## 4.3 PRÁTICAS ALIMENTARES E VOZES DISSONANTES DOS ESTUDANTES

As respostas dos estudantes revelaram uma dicotomia evidente entre o que sabem e o que consomem. Embora a maioria consiga verbalizar o que caracteriza uma alimentação saudável, citando frutas, legumes e alimentos naturais, seus hábitos demonstram alto consumo de ultraprocessados, como refrigerantes, salgadinhos e macarrão instantâneo.

Esse fenômeno, descrito por Jacob (2025) como uma "dissonância alimentar", reforça a tese de que o conhecimento isolado, sem mediação crítica, não é suficiente para transformar práticas. Em contextos de insegurança alimentar, como o de muitas famílias em Rio Crespo, as escolhas alimentares são condicionadas mais por disponibilidade e preço do que por consciência nutricional.

Chama atenção, no entanto, a capacidade reflexiva das crianças. Quando solicitadas a sugerir melhorias, trouxeram propostas como criação de hortas, oficinas culinárias e participação em decisões sobre o cardápio da merenda escolar. Essas sugestões revelam um potencial educativo ainda inexplorado e desafiam a escola a escutar seus sujeitos, indo além da lógica transmissiva.

Triches (2009) argumenta que crianças são produtoras de cultura e, portanto, devem ser incluídas como agentes ativos na construção de uma educação alimentar crítica. No contexto investigado, essa perspectiva se mostra não apenas viável, mas urgente.

### **Síntese crítica dos achados**

A análise integrada dos dados revela três obstáculos centrais:

Invisibilidade institucional: A EAN não está presente nos documentos, o que enfraquece sua legitimidade como política educacional.

Formação docente insuficiente: Há desconhecimento teórico-metodológico e ausência de apoio pedagógico para abordagem da EAN.

Contradições nas práticas alimentares: Os estudantes sabem o que é saudável, mas vivem práticas determinadas por contextos de vulnerabilidade e desinformação.

A superação desses entraves exige mais do que intervenções pontuais. É necessário reestruturar o currículo com base em uma pedagogia crítica da alimentação, que articule teoria e prática, sujeito e território, direito e cultura. Em municípios como Rio Crespo, onde coexistem produção agrícola abundante e insegurança alimentar, a escola pública tem o dever de ser um espaço de resistência e emancipação alimentar.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como propósito investigar os desafios e as possibilidades da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como dimensão pedagógica no cotidiano escolar de uma instituição pública localizada no município de Rio Crespo, Rondônia. Trata-se de um território marcado por contrastes: embora inserido em uma região de expressiva produção agrícola, a escola analisada evidencia limitações estruturais e formativas que comprometem a promoção de práticas alimentares críticas, sustentáveis e vinculadas ao território.

A análise documental, especialmente do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e dos planejamentos docentes; revelou uma significativa ausência da EAN como eixo estruturante da proposta curricular. Essa lacuna institucional compromete a efetividade de políticas públicas como o PNAE e o Marco de Referência de EAN (BRASIL, 2012), que recomendam a integração entre alimentação, saúde e educação no ambiente escolar.

Do ponto de vista pedagógico, as docentes e gestoras demonstraram consciência sobre a importância da alimentação saudável para o rendimento e bem-estar dos estudantes. No entanto, relataram barreiras práticas, como a falta de formação continuada, ausência de materiais pedagógicos e sobrecarga de tarefas administrativas. Esses achados corroboram as análises de Galesi-Pacheco (2025) e Ottoni et al. (2019), que destacam a necessidade de reconfigurar a função docente frente aos temas transversais.

Os dados provenientes dos estudantes indicaram conhecimento básico sobre hábitos alimentares adequados, embora suas práticas estejam fortemente marcadas pela insegurança alimentar e pelo consumo de produtos ultraprocessados. As sugestões espontâneas de crianças; como criação de hortas, oficinas com familiares e mudanças na merenda; demonstram disposição para participar ativamente do processo educativo. Isso reforça o entendimento de Triches (2009) sobre a potência da escuta infantil no campo da EAN.

14

Portanto, as evidências empíricas analisadas confirmam a existência de uma lacuna significativa: a EAN permanece invisibilizada como prática curricular sistemática, sobretudo em territórios rurais e periféricos da Amazônia Legal. A superação dessa realidade requer um reposicionamento político-pedagógico da escola, que reconheça o alimento como direito humano, expressão cultural e ferramenta educativa.

A presente pesquisa, realizada em uma escola municipal em Rio Crespo-RO, contribui para preencher uma zona ainda pouco explorada da literatura científica. Evidencia que a efetivação da EAN como prática educativa depende de múltiplos fatores: vontade política, articulação intersetorial, formação docente e escuta ativa dos estudantes. Reafirma-se, assim, a urgência de repensar o currículo sob a perspectiva do território, da cidadania alimentar e da dignidade dos sujeitos escolares.

## 7 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Com base nos resultados obtidos e na análise crítica da ausência sistemática da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no cotidiano escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vaneide de Oliveira, propõe-se uma intervenção pedagógica com foco na articulação entre currículo, território e participação comunitária. O objetivo central é fomentar práticas pedagógicas sustentáveis, críticas e contextualizadas, capazes de integrar a EAN de forma transversal à proposta curricular das turmas do 4.º e 5.º ano do Ensino Fundamental I.

### 7.1 JUSTIFICATIVA

A intervenção se justifica pela invisibilidade da EAN nos documentos institucionais e pela fragilidade da formação docente na área, além da expressiva presença do agronegócio e da agricultura familiar em Rio Crespo, que não se traduz em valorização da cultura alimentar local no ambiente escolar. Como demonstraram os dados desta pesquisa, há uma lacuna entre o discurso institucional e a prática pedagógica, resultando em ações fragmentadas e pontuais.

### 7.2 OBJETIVOS DA INTERVENÇÃO

Inserir a EAN como eixo transversal no Projeto Político-Pedagógico da escola;

Promover formação continuada para docentes sobre EAN com base na BNCC e no Marco de Referência de EAN (BRASIL, 2012);

Estimular a criação de práticas pedagógicas interdisciplinares, com ênfase na relação entre alimentação, território e cultura local;

Incentivar o protagonismo infantil por meio da escuta ativa e da participação em atividades educativas ligadas à alimentação.

### 7.3 ETAPAS E ESTRATÉGIAS

Etapas 1: Formação docente e planejamento colaborativo

Realização de oficinas pedagógicas com apoio de nutricionistas da rede municipal;

Estudo coletivo do Marco de Referência de EAN e da BNCC;

Planejamento interdisciplinar de atividades que abordem alimentação saudável, rotulagem de alimentos, produção local e direitos alimentares.

Etapas 2: Ações pedagógicas com os estudantes



Criação de uma “Semana da Alimentação Consciente” com oficinas de culinária, rodas de conversa, teatro e produção de materiais educativos;

Implantação de uma horta escolar como ferramenta pedagógica permanente;

Atividades de matemática e ciências com base em rótulos, tabelas nutricionais e estatísticas sobre alimentação.

Etapa 3: Envolvimento da comunidade escolar

Reuniões com responsáveis e familiares sobre hábitos alimentares e saúde;

Oficinas de receitas saudáveis com alimentos locais;

Parcerias com agricultores familiares para aproximar escola e território.

Etapa 4: Monitoramento e avaliação da intervenção

Aplicação de questionários diagnósticos no início e ao final do semestre;

Registro de práticas exitosas em portfólio institucional;

Avaliação participativa com docentes e estudantes sobre o impacto das ações.

#### 7.4 RESULTADOS ESPERADOS

Maior presença da EAN nos planejamentos pedagógicos e documentos institucionais;

Docentes mais preparados para integrar o tema de forma crítica e interdisciplinar;

Estudantes com maior consciência alimentar e engajamento em práticas sustentáveis;

Fortalecimento dos vínculos entre escola, território e famílias, promovendo um ambiente escolar mais democrático, saudável e inclusivo.

#### REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2018/bncc>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/alimentacao>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; BRASIL. Ministério da Saúde; BRASIL. Ministério da Educação. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS, 2012. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm). Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.715, de 17 de novembro de 2020. Aprova as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 14 fev. 2025.

CANESQUI, Ana Maria (org.). Comensalidade e significados sociais da alimentação. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

CASEMIRO, Juliana Pereira; FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da; MACHADO, Elaine Cristina da Silva; PERES, Solange Carvalho. Impasses, desafios e as interfaces da educação alimentar e nutricional como processo de participação popular. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 389-406, 2015. DOI: 10.1590/1981-7746-sip00051.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes>. Acesso em: 10 fev. 2025.

17

FLORÊNTINO, Camila. Práticas pedagógicas de Educação Alimentar no Ensino Fundamental: invisibilidades, tensões e caminhos possíveis. Recife: EdUFPE, 2024.

FLORINTINO, Camila da Silva; SILVA, Denise Karulynne de Sousa; GABRIEL, Cristine Garcia; SOAR, Claudia; UGGIONI, Paula Lazzarin; NEVES, Janaina Das. Análise da implementação de ações de Educação Alimentar e Nutricional em escolas públicas municipais de uma capital da região do Sul do Brasil. Revista de Nutrição, Campinas, v. 36, e220090, 2023.

FNDE. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 12 fev. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GALESI-PACHECO, Mariana. Curricularização da Educação Alimentar e Nutricional na escola pública brasileira: desafios e perspectivas críticas. São Paulo: Cortez, 2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Segurança alimentar nos domicílios brasileiros: PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2025.

IBGE; IPEA. Insegurança alimentar no Brasil: síntese PNAD Contínua. Brasília, DF: IBGE; IPEA, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2025.

JACOB, Lígia. Educação alimentar e justiça social: políticas públicas e práticas pedagógicas na infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MONTEIRO, Carlos A. et al. Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. *Public Health Nutrition*, Cambridge, v. 22, n. 5, p. 936-941, 2019. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/public-health-nutrition>. Acesso em: 15 fev. 2025.

OTTONI, Isabela C.; DOMENE, Semíramis M. A.; BANDONI, Daniel H. Educação alimentar e nutricional em escolas brasileiras: revisão integrativa. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, e38748, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

RAMOS, Flávia P.; SANTOS, Lígia Amparo da Silva; REIS, Amélia Borba Costa. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, 2013. DOI: 10.1590/0102-311X00170112.

SICHERI, Rosely; COITINHO, Denise; MONTEIRO, Carlos A. Recomendações nutricionais e consumo alimentar na infância. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 12, p. 2317-2327, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

18

SILVA, Inaiara Mirelly Germano da. Promoção de hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar: fortalecimento das ações de educação alimentar e nutricional e do Programa de Alimentação Escolar. 2018. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br>. Acesso em: 14 fev. 2025.

STOCCO-PADILHA, Tatiane. Alimentação escolar como prática educativa: limites e possibilidades nas redes públicas brasileiras. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 33, n. 2, p. 245-268, 2023.

TRICHES, Rozane M. Alimentação escolar e cultura alimentar: possibilidades de educação alimentar crítica. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 22, n. 5, p. 653-663, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZANCUL, Mariana de Senzi. Educação alimentar na escola: para além da abordagem biológica. *Temas em Educação e Saúde*, Araraquara, v. 13, n. 1, p. 14-23, jan./jun. 2017. DOI: 10.26673/rtes.v13.n1.jan-jun2017.2.9490.